



### Central Eólica Baixa do Feijão II S.A.

CNPJ/MF nº 14.496.545/0001-45 - NIRE 35.300.414.551

**Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada 20 de Junho de 2024.**

**1. Data, Hora e Local.** Realizada aos 20 (vinte) dias do mês de junho de 2024, às 10h30min, na sede social da **Central Eólica Baixa do Feijão II S.A.** ("Companhia"), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença.** Presentes os Acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa.** Assumiu a presidência dos trabalhos o **Sr. Luís Fernando Mendonça de Barros Filho**, que nomeou o **Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Jr.** para secretário. **4. Ordem do Dia.** (i) **Em Assembleia Geral Ordinária:** Deliberar sobre: **(a)** a aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(b)** a destinação do resultado do exercício; **(c)** a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(d)** a fixação da remuneração global dos administradores da Companhia. (ii) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** **(a)** a alteração do endereço da sede da Companhia; e **(b)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações.** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias, os Acionistas presentes deliberaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** **5.1.** Aprovar as contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as quais foram colocadas à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia e, ainda, publicadas no jornal Diário de Notícias, na edição do dia 20 a 22 de abril de 2024, na página 13 da versão digital e na página 1 da versão online, nos termos do Artigo 133, §3º, da LSA, conforme publicação constante do **Anexo I** à presente ata. **5.2.** Considerando que não houve lucro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, não haverá distribuição de lucros aos acionistas e o prejuízo do exercício verificado no valor de **R\$742.514,36 (setecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e quatorze reais e trinta e seis centavos)** será absorvido pela Reserva de Retenção de Lucros da Companhia, na forma do art. 189 da LSA. **5.3.** Aprovar a destituição do **Sr. Francisco Galván González**, espanhol, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nacional espanhol nº 28488315-D, residente e domiciliado na cidade de Sevilha, na Espanha, com endereço profissional na Avenida Montes Sierra, 48, 2º andar, C.P. 41007 do cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia. **5.4.** Em decorrência do acima deliberado, o **Sr. Francisco Galván González** e a Companhia outorgam-se, mutuamente, a mais plena, ampla, irrevogável e irretirável quitação para nada reclamar e/ou pretender, a qualquer tempo e/ou a qualquer título, em juízo ou fora dele, com relação ao período em que ocupou o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia. **5.5.** Ato contínuo, os acionistas aprovam a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, para mandato de 3 (três) anos, que se estenderá até a realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia em 2027: **a.** **Sr. Manuel Ortiz Plaza**, espanhol, casado, engenheiro, portador do passaporte espanhol nº PAD859604, com domicílio profissional em Avenida de Burgos, 89, EDIF 1 MOD A-B, Parque Empresarial ADEQUA, 28050, Madrid, Espanha, para o cargo de **Presidente do Conselho de Administração**, indicado pela acionista EDP Renováveis Brasil S.A. O conselheiro ora eleito informa que recebeu citações no endereço de seu procurador, o **Sr. Luis Fernando Mendonça de Barros**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 27.888.572-X, inscrita no CPF/MF sob o nº 051.297.069-60, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, prédio nº 22, bloco A, sala 73, Lapa de Baixo, CEP 05069-903; **b.** **Sra. Paula Ferrareto Dalbello**, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da carteira de identidade nº 68445302, emitida pela SESP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 051.297.069-60, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, prédio nº 22, bloco A, sala 73, Lapa de Baixo, CEP 05069-903; **c.** **Sr. Sr. Luis Fernando Mendonça de Barros Filho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 27.226.598-6, emitida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 251.408.188-25, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, prédio nº 22, bloco A, sala 73, Lapa de Baixo, CEP 05069-903; para ocupar o cargo de **membro do Conselho de Administração da Companhia**, indicada pela acionista EDP Renováveis Brasil S.A.; **d.** **Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Jr.**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 27.888.572-X, emitida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.297.069-60, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, prédio nº 22, bloco A, sala 73, Lapa de Baixo, CEP 05069-903; para ocupar o cargo de **membro do Conselho de Administração da Companhia**, indicado pela acionista EDP Renováveis Brasil S.A.; **e.** **Sr. Evandro Leite Vasconcelos**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 29657, emitida pela CREA/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 251.704.146-68, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Funchal, nº 418, 3º andar, conjunto 2901, Vila Olímpia, CEP 04551-060, para o cargo de **membro do Conselho de Administração da Companhia**, indicada pela acionista EDP Renováveis Brasil S.A.; **f.** **Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 22.617.319-7, emitida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 197.536.028-12, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Funchal, nº 418, 3º andar, conjunto 2901, Vila Olímpia, CEP 04551-060, para o cargo de **membro do Conselho de Administração**, indicado pela acionista China Three Gorges Brasil Energia S.A.; e **g.** **Sr. Silvío Alexandre Scucuglia da Silva**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 22.617.319-7, emitida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 197.536.028-12, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Funchal, nº 418, 3º andar, conjunto 2901, Vila Olímpia, CEP 04551-060, para o cargo de **membro do Conselho de Administração**, indicado pela acionista China Three Gorges Brasil Energia S.A.; **5.6.** Os conselheiros ora eleitos tomam posse de seus cargos mediante a assinatura dos respectivos Termo de Posse arquivados na sede da Companhia e declaram, sob as penas da lei e nos termos do Artigo 147 da Lei das S.A., que (i) não se encontram impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, (ii) possua reputação ilibada e respeitamos os requisitos do artigo 147 da Lei das S.A., e (iii) não têm interesse conflitante com o da Companhia. **5.7.** tendo em vista já desempenharem suas funções em sociedades do grupo da Companhia, com relação às quais já são remunerados, os administradores da Companhia não farão jus à percepção de remuneração adicional pelo exercício da administração da Companhia, razão pela qual não será fixada remuneração global para o exercício de 2024, nos termos do Artigo 152 da Lei das S.A. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** **5.8.** Aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia que passará a se localizar na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, prédio nº 22, bloco A, sala 77, Lapa de Baixo, CEP 05069-903. **5.9.** Em razão da alteração do endereço da sede da Companhia, o Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 2º A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, prédio nº 22, bloco A, sala 77, Lapa de Baixo, CEP 05069-903."** **5.10.** Em virtude do acima deliberado, as acionistas decidem, com a seguinte redação: **"Artigo 2º A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, prédio nº 22, bloco A, sala 77, Lapa de Baixo, CEP 05069-903."** **5.11.** Por fim, as acionistas autorizam a Companhia e seus administradores a tomarem todas as medidas necessárias para formalizar as deliberações aprovadas nesta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. **6. ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente declarou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. *Assinaturas: Mesa: Sr. Luis Fernando Mendonça de Barros Filho - Presidente; e Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Jr. - Secretário. Acionistas: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores, os Srs. Luis Fernando Mendonça de Barros Filho e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Jr.); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda) (representada pelo Sr. Silvío Alexandre Scucuglia da Silva).* Declara-se que a presente é cópia fiel extraída do original. São Paulo, 20 de junho de 2024. **Luis Fernando Mendonça de Barros Filho - Presidente. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário.** JUCESP nº 381.523/24-0 em 14/10/2024. **Marina Centurion Dardani - Secretária Geral. Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Foro e Prazo de Duração - Artigo 1º** Sob a denominação de Central Eólica Baixa do Feijão II S.A. ("a Companhia") opera a sociedade anônima, que rege-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, prédio nº 22, bloco A, sala 77, Lapa de Baixo, CEP 05069-903. **Parágrafo Único** - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir, e/ou encerrar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia, no Brasil ou em outro país da América do Sul. **Artigo 3º** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social - Artigo 4º** A Companhia tem por objeto a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Eólica Baixa do Feijão II, a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. **Parágrafo Único** - As atividades exercidas na sede da Companhia serão exclusivamente administrativas. **Capítulo III - Capital Social e Ações - Artigo 5º** O capital social é de R\$ 40.551.200,00 (quarenta milhões, quinhentos e cinquenta e um mil e duzentos reais), divididos em 40.550.122 (quarenta milhões, quinhentas e noventa mil e cento e vinte e duas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. **Parágrafo 2º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo 3º** - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor juntamente com 1 (um) procurador legal com poderes especiais. **CAPÍTULO IV - Assembleia Geral - Artigo 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, na forma da lei, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social de cada ano. **Artigo 7º** Os acionistas poderão ser representados por outros acionistas ou procuradores. **Artigo 8º** Observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia firmado em 19 de maio de 2015, conforme alterado de tempos em tempos ("Acordo de Acionistas"), quanto ao quórum de aprovação, as seguintes matérias dependerão da aprovação da Assembleia Geral da Companhia: (i) Aumento do capital social; (ii) Alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) Celebração de qualquer contrato relacionado à emissão de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia; (iv) Resgate, amortização ou aquisição de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) Aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (vi) Alteração da política de dividendos da Companhia; (vii) Alteração dos direitos das ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (viii) Realização de Oferta Pública Inicial de ações de emissão da Companhia; (ix) Alteração da composição do Conselho de Administração ou das matérias sujeitas a sua aprovação; (x) Ingresso com pedido de recuperação judicial, falência, dissolução liquidatória judicial, insolvência, ou aprovação de divida de devedor da Companhia e qualquer uma de suas consequências; (xi) Aprovação de operação de fusão, cisão, incorporação ou outra operação de reorganização societária; e (xii) Celebração de qualquer contrato relacionado às matérias acima. **Artigo 9º** A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou na sua ausência, pelo acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário. **Parágrafo Único** - Cada Assembleia Geral poderá ser convocada por até 3 (três) vezes para discutir a mesma matéria, até que seja atingido o quórum necessário para a deliberação da matéria da ordem do dia, observado os termos do Acordo de Acionistas. As Assembleias Gerais serão convocadas, em primeira convocação, com 20 (vinte) dias de antecedência e em segunda ou terceira convocação, com 5 (cinco) dias de antecedência à data de sua realização. **Capítulo V - Administração da Companhia - Das Disposições Gerais - Artigo 10º** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, os quais terão os seus poderes e responsabilidades fixados na legislação e neste Estatuto Social. Os Conselheiros serão eleitos pela Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. **Artigo 11º** O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será de 3 (três) anos, sendo permitida reeleição. Os membros do Conselho de Administração e os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até o prazo de duração de seu mandato e não poderão ser reeleitos para o mesmo cargo. O Conselho de Administração e a Diretoria serão anualmente fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição. **Artigo 13º** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo nos livros das Atas do Conselho de Administração e da Diretoria, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações. **Do Conselho de Administração: Artigo 14º** O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada que deve fornecer o direcionamento estratégico, fixar as políticas, atuar de forma a proteger o patrimônio da Companhia, assegurar o cumprimento do objeto social e, no mínimo uma vez em cada ano, maximizar o valor da empresa. **Parágrafo 1º** - O Conselho de Administração é composto por até 07 (sete) membros, acionistas ou não, residentes ou não no país, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e os demais conselheiros. **Parágrafo 2º** - A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada pela Assembleia Geral, a qual poderá destituí-los a qualquer tempo. **Parágrafo 3º** - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia serão eleitos pelo voto do(s) Acionista(s) representado a maioria do capital social, na mesma Assembleia Geral que deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração. **Parágrafo 4º** Competirá ao Presidente, ao Vice-Presidente ou a qualquer 02 (dois) membros do Conselho de Administração convocar as reuniões do Conselho, mediante carta registada por protocolo, fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio que permita a confirmação do recebimento, enviadas aos Conselheiros, com 20 (vinte) dias de antecedência em primeira convocação e com 5 (cinco) dias de antecedência para as demais convocações e com apresentação da agenda da ordem do dia com os assuntos a serem deliberados na reunião. Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros por si ou representantes na forma do Parágrafo 8º do presente Artigo. **Parágrafo 5º** - Competirá ao Presidente do Conselho de Administração coordenar os trabalhos de cada reunião, devendo indicar o secretário. No caso de impedimento ou ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário. **Parágrafo 6º** - Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado, para completar o respectivo mandato, pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral que se realizar após a caracterização da vacância do cargo, ou caso não seja possível, pela Assembleia Geral Extraordinária. **Parágrafo 7º** - O Conselho de Administração reunirá-se, ordinariamente, no mínimo uma vez em cada ano, maximizar o valor da empresa, sempre que convocado na forma do Parágrafo 4º deste Artigo. **Parágrafo 8º** - Será permitido a qualquer conselheiro comparecer às reuniões por vídeo ou teleconferência ou fazer-se representar nas reuniões, por qualquer outro membro, mediante procuração escrita com indicação de sua manifestação de voto sobre cada um dos pontos da ordem do dia. Cada Conselheiro presente à reunião poderá representar no máximo o voto de 01 (um) Conselheiro. No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, este poderá nomear outro membro para representá-lo, caso em que, em se tratando de ausência temporária, o membro assim nomeado para representá-lo deverá votar nas reuniões do Conselho de Administração em seu próprio nome e em nome do membro por ele representado. A nomeação deverá ser expressamente aceita pelo membro nomeado, bem como notificada ao Presidente do Conselho de Administração. **Parágrafo 9º** - As reuniões do Conselho serão realizadas em local determinado na convocação, ou em caso de omissão dessa, na sede da Companhia. **Parágrafo 10º** - Observado o quórum previsto no Acordo de Acionistas, as reuniões do Conselho serão instaladas com, no mínimo, 03 (três) Conselheiros presentes ou devidamente representados na forma do Parágrafo 8º deste Artigo e as deliberações serão tomadas, independentemente do quórum presente na reunião, pelo voto favorável da

